

Notas e informações**Vencer a sabotagem**

Sarney

A impressão que o governo Sarney dá àqueles que o apoiaram quando mais importante se fazia a palavra amiga é de que está em retirada, tendo estabelecido como último bastião de defesa o Palácio do Planalto. Nele, por motivos desconhecidos, s. exa. isola-se em meio às audiências que concede, e parece esperar que a ação do grupo de assessores diretos de que finalmente se decidiu cercar, além da evolução dos fatos, acabe criando as condições necessárias a que a substituição dos ministros não provoque crises no Congresso. Estranha preocupação para quem se resigna com as derrotas que, cada dia mais freqüentes, o governo e suas lideranças sofrem na Câmara dos Deputados e no Senado. Apartado do País, que clama por ação coordenada no Ministério e por que o chefe de governo imponha sua diretriz a ministros que se servem das posições para introduzir políticas que não constavam do programa que elegeu Tancredo Neves, o presidente Sarney espera que o tempo realize a obra saneadora. S. exa. se esquece de que o tempo não age; são os homens que constroem a História.

No cerne da questão, está o fato de que o presidente vem sendo traído pela Aliança Democrática. Só s. exa. não viu que assim é; apenas o chefe de governo não tomou consciência de que, premido pelos acordos que foram celebrados por Tancredo Neves — os quais ele dignamente honrou, embora nada o obrigasse a avalizá-los —, é forçado a contemplar a ação de adversários de seu projeto ocuparem postos-chave na administração, nomeados por ele ou com seu *placet*. Tudo isso em nome de uma solidariedade que lhe é cobrada, mas que não obriga de forma alguma àqueles que derrotam o Planalto no Congresso em nome da democracia. Em outras palavras, o presidente da República é prisioneiro da palavra empenhada pelo seu antecessor, e não recebe a menor manifestação de apoio daqueles que lhe reclamam nomeações. Este é o País de 1985: o Palácio do Planalto tornou-se a casamata onde o presidente espera os dias passarem, os ministros se desgastarem na luta cotidiana, ou chegar o tempo de eles se desincompatibilizarem para disputar as eleições estaduais, ou mandatos na Constituinte. Suportará o País esse assédio à casamata? Por quanto tempo?

Se o chefe do governo não se der conta de que está sendo sabotado —

esta é a palavra — pelo partido a que pertence, que é o PMDB, e igualmente desgastado pelo outro partido que integra a Aliança Democrática, que é o Partido da Frente Liberal, não terá condições de reagir e mostrar à Nação a sua verdadeira imagem. Até agora, o País só conhece a figura dos ministros, cada um buscando ocupar espaços nos meios de comunicação, quando não afastar de possíveis áreas de confronto os seus rivais no Ministério. A imagem do presidente, os objetivos que estabeleceu como *meios* e como *fins* não se conhece e não se sabe quais são. É que o refúgio na casamata, se oferece a vantagem de isolar os sitiados das agruras do cotidiano *lá fora*, impede ver a realidade mutante e sentir que o País está ansioso por encontrar quem lhe aponte um norte na neblina em que navega.

No Congresso, o desinteresse pela salvação da República começa a inquietar. Votam-se os projetos que permitem a conquista de votos; rejeitam-se os que firmam princípios de convivência civilizada, mas podem prejudicar interesses eleitorais. Dramática contradição da Nova República, que se fez com o Congresso da *Velha*, acostumado a cuidar do varejo, porque das grandes questões tratava o Executivo, e subitamente transformado em árbitro de todas as questões, até mesmo daquelas que são inerentes ao Executivo. O resultado é esse descompasso, em que os partidos se desintegram aos poucos — e dois exemplos são suficientes para mostrar até que ponto essa desintegração impede a constituição de uma maioria de apoio ao governo: o PFL ainda não se registrou como partido, e comunistas que estão no PMDB não desejam ingressar sob a legenda do PCB, seguramente com receio de não se reelegerem...

O presidente é agredido todos os dias por seu partido, ou setores importantes dele: à esquerda, preparam-lhe a armadilha da lei de greve e da reforma agrária para indispor os produtores com o Executivo, além de todos os dias favorecer-se aquela parte do Ministério que quer abrir um pouco mais, apenas um pouco mais, a torneira das emissões. O ministro da Fazenda encontra oposição no partido do presidente, e não tem quem saia em sua defesa nessa luta inglória para impedir que o Brasil chegue à situação de caos financeiro em que se debate a Argentina. À direita, o presidente sofre a sabotagem dos

que não querem mudar os princípios com base nos quais a classe política assentou seu domínio sobre a Nação — *PDS e PMDB durante o arbítrio, digase de passagem* —: o voto distrital e os dois turnos para as prefeituras. O presidente está isolado e, porque está isolado, sente-se sem forças para reagir.

Será essa a realidade, ou haverá ainda motivos para crer que, sitiado na casamata do Planalto, s. exa. procura trocar espaço por tempo, montando dispositivo com o qual possa enfrentar os que o agridem todos os dias? Se é assim, esse dispositivo, permita-nos a insistência, só pode ser o partido capaz de aglutinar as forças do centro democrático — que sempre as houve dispersas pelas diferentes legendas —, as quais dariam respaldo ao “pacto nacional” que o presidente deseja negociar. Esse pacto, insistimos várias vezes, não poderá ser proposto sem que haja uma idéia em torno da qual estabelecer a convergência de vontades e em torno da qual disputar a preferência da opinião pública. Que instrumento melhor do que um programa partidário — sério e não feito para angariar votos e não ser cumprido — para realizar essa convergência?

Não será fácil reorganizar as forças do centro liberal em um partido que dê sustentação ao presidente da República. Elas estão, em termos pessoais, divididas em função de conflitos e interesses regionais. Superar essas divergências, tendo em vista a união indispensável a que a Assembléia Nacional Constituinte exprima a real vontade dos brasileiros e não a de uma minoria ativista, é tarefa da maior importância, quase que dever de Estado. Se o presidente da República não souber vencer deputados e senadores de que as reformas a ser feitas só deverão sê-lo pelo centro liberal, e de que para isso é mister estabelecer a ponte de união entre o Planalto e o Congresso; se os deputados e senadores, por sua vez, não se dispuserem a abdicar de preconceitos e a somar esforços para auxiliar o presidente, s. exa. continuará isolado em sua casamata e a tarefa de conduzir o Brasil ao Estado de Direito será sumamente mais difícil e tormentosa para a Nação.

O problema com que se defronta hoje o presidente não é de somenos. É dar à Nação o instrumento de que carece para afirmar sua vontade liberal e executar o programa de governo a ela inerente.